Análise das Interações da Audiência Pública Conjunta da CDH e da CAS sobre os desafios enfrentados por pessoas com acondroplasia no Brasil – 13/03/2026 – Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **48 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 13/03/2026, sobre os "Desafios enfrentados por pessoas com acondroplasia no Brasil". O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, opiniões e sugestões expressas pelo público, visando auxiliar os Senadores na avaliação e no fortalecimento de políticas públicas voltadas à inclusão, acessibilidade e garantia de direitos para as pessoas com nanismo.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não reflitam integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo Fale Conosco.

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 48

Temas principais:

1. **Saúde e Acesso a Tratamentos Medicamentosos (33%)**: Os cidadãos demonstram grande ansiedade e urgência quanto à incorporação e ao acesso a medicamentos de última geração (como o *Vosoritide/Voxzogo*). Há uma crítica recorrente à necessidade de judicialização para obter tratamentos, além de questionamentos sobre a capacidade do SUS em oferecer diagnóstico precoce e acompanhamento multidisciplinar adequado.

   ***Exemplo**: "Para as crianças com nanismo, o Voxzogo não é apenas um medicamento: é esperança de desenvolvimento, dignidade e futuro." (Eduardo D. - SE)*

2. **Legislação, Políticas Públicas e Direitos (29%)**: Este tema concentra debates sobre a suficiência do ordenamento jurídico brasileiro em proteger pessoas com acondroplasia. O público cobra maior visibilidade política, o fortalecimento de políticas de inclusão e protocolos de segurança pública que considerem as especificidades físicas da pessoa com nanismo.

   ***Exemplo**: "Quais são as principais barreiras que pessoas com acondroplasia enfrentam no Brasil para acessar tratamentos, educação e mercado de trabalho?" (Samuel H. - GO)*

3. **Educação e Inclusão Escolar (17%)**: A participação indica preocupação com a evasão escolar e a falta de infraestrutura nas instituições de ensino. Os cidadãos questionam a falta de mobiliário adaptado e materiais pedagógicos acessíveis, além de pedirem maior capacitação dos professores para lidar com o combate ao preconceito no ambiente escolar.

   ***Exemplo**: "Como a comunidade escolar pode ajudar na inclusão dessas pessoas?" (Otavio G.- MG)*

4. **Mercado de Trabalho e Concursos Públicos (13%)**: As interações focam na dificuldade de inserção em empresas privadas e, principalmente, nas barreiras em concursos públicos. Há um forte apelo para que o Senado legalize a padronização de editais, garantindo testes físicos equitativos que respeitem a biomecânica da acondroplasia.

   ***Exemplo**: "O Senado pode legislar para padronizar editais que garantam testes físicos equitativos para candidatos com acondroplasia em todo o país?" (Luanderson G. - PA)*

5. **Acessibilidade Urbana e Ergonomia (8%)**: Os cidadãos reivindicam que as políticas de acessibilidade urbana e arquitetônica não foquem apenas em cadeirantes, mas também na ergonomia específica para pessoas com nanismo. O objetivo central é garantir a autonomia básica em espaços públicos e eventos culturais.

   ***Exemplo**: "Quais políticas públicas urgentes garantirão que a acessibilidade urbana no Brasil considere a ergonomia específica para pessoas com nanismo?" (Thiago B. - RS)*

Em conclusão, a audiência pública revelou uma forte demanda social pela ampliação do acesso a tratamentos de saúde e pela revisão de critérios de acessibilidade e concursos públicos. Os posicionamentos dos cidadãos centraram-se na urgência da incorporação de medicamentos no SUS, na necessidade de mobiliário escolar adaptado e na criação de normas que garantam isonomia biomecânica em testes físicos. Os temas abordados refletem o apelo por uma sociedade que reconheça a pessoa com acondroplasia não apenas sob a ótica médica, mas como sujeito de direitos que exige autonomia e dignidade em todas as esferas da vida pública.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=37947.